

Ulysses diz que presidente não fará represálias

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães desmentiu ontem que o presidente José Sarney tenha ameaçado demitir ministros do PMDB em represália à possível aprovação dos quatro anos para seu mandato, na convenção nacional extraordinária do partido, dias 18 e 19. "Telefonou para o presidente Sarney e ele garantiu que não falou nada disso", garantiu Ulysses — o autor dessa informação havia sido o senador Alfredo Campos (PMDB-MG), que falou depois da sua audiência de quarta-feira com o presidente.

No Planalto, o porta-voz do governo, Frota Neto, negou que o presidente José Sarney tenha marcado jantar com os governadores do PMDB, na véspera da convenção do partido. Mas, de acordo com Frota Neto, nada impede que ele, se convidado, compareça a um encontro desse tipo, na casa do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Ele lembrou que exatamente no dia 17 o presidente José Sarney estará voltando da viagem de três dias à Argentina.

Quanto às críticas do presidente Sarney à decisão do partido de adotar votação secreta na convenção, Ulysses argumentou que seria "muito difícil" tomar os votos dos 724 convencionais, nominalmente. Ele explicou que o objetivo dessa decisão é facilitar o sistema, "até porque os convencionais já têm posições defi-

nidas sobre os diversos temas que iremos examinar. O voto secreto ou nominal não vai influenciar, portanto, no resultado das votações".

PUNIÇÃO

Os peemedebistas que decidirem não cumprir as diretrizes fixadas pela convenção, que correspondem ao programa partidário, poderão ser punidos pelo Conselho de Ética. Foi o que admitiu ontem o deputado Francisco Pinto (BA), ao explicar que essa tendência estava clara na última reunião da Executiva, da qual faz parte. "Isso porque ninguém se manifestou contra a minha proposta nesse sentido", observou. Francisco Pinto esclareceu que as penas de advertência, suspensão e expulsão não cabem a questões como prazo do mandato do presidente Sarney e a forma de governo, que não constam do programa.

Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), previu que o palanque estará armado no dia seguinte ao da convenção, com vistas à sucessão presidencial, caso o mandato do presidente José Sarney seja reduzido para quatro anos. Um fato que, no seu entender, vai relegar a Assembleia Nacional Constituinte a plano secundário, colocando-a fatalmente em risco. Usando esse argumento, a cúpula do partido vai trabalhar para que a moção fixando a duração do mandato do atual e dos futuros presidentes seja decidida pela Constituinte e não pela convenção do partido.



Maciel garante a Ulysses que há consenso sobre monopólio do petróleo e a autonomia sindical

PT espera levar 20 mil à Sé

Tropas do Exército estão de sobrelavio e serão acionadas, caso necessário, durante o comício de amanhã na Praça da Sé, por diretas já, promovido pelo PT. O general Ivan Dêntice Linhares, chefe do Comando Militar do Sudeste, teve ontem diversos encontros telefônicos com Brasília e com autoridades do governo paulista. Seis unidades treinadas em controle de tumultos foram mobilizadas, entre elas o 2º Batalhão de Polícia do Exército, o 2º Batalhão de Guardas (ambos da Capital), o 4º Batalhão de Infantaria Blindada e o 3º Batalhão de Infantaria Motorizada, estes sediados em Quitai-

na. No total, cinco mil soldados estão prontos para entrar em ação. O regime de sobreaviso foi determinado para a zero hora de hoje e vai perdurar até o final do comício. O PT pretende fazer não apenas um comício por diretas já e contra a política econômica do governo, mas também um "comício-festa", a partir das 14 horas. "Estamos fazendo um comício para 15, 20 mil pessoas, e eu acredito na força própria de mobilização do partido. Será um começo que vai ter sucesso" — garantiu ontem o secretário-geral do PT em São Paulo, José Dirceu. A manifestação terá a

participação da CUT, do Movimento dos Sem-Terra, da Apeosp e de 13 sindicatos. Vários artistas apresentarão o comício ou animarão a "festa": Paulo Betti, Cristina Pereira, Osmar Prado, Jards Macalé, Cazuza e os conjuntos 365, Língua de Trapo e Zero.

O comício vai custar, para o partido, entre 120 mil e 150 mil cruzados. Só a montagem do palco na Sé chegou a Cz\$ 30 mil, e a aparelhagem de som ficou em Cz\$ 40 mil. O dinheiro, afirmam petistas, foi conseguido numa campanha de venda de bônus e no Baile das Diretas, realizado ontem.

Na última hora

VICTOR FACCIONI

Quando leio o senador Severo Gomes declarando "que a transição política empacou, e talvez esteja no limite de iniciar a marcha à ré", e o senador José Richa advertir que "vai acabar implodindo tudo", ou que "o desencontro político levou o País ao caos" e estamos vivendo numa situação tal "como se tivesse pólvora espalhada para todo o canto", fico a me indagar o que fez o PMDB com o verdadeiro cheque em branco que o povo brasileiro lhe deu com a estupenda votação e vitória obtida em 15 de novembro último, elegendo a imensa maioria dos constituintes e a quase totalidade dos governadores? Ou o que fizeram, ou estão fazendo, os responsáveis pela Aliança Democrática, que elegeram mais de dois terços dos constituintes e a totalidade dos governadores de todo o País?

O senador José Richa diz que "a Aliança Democrática acabou e que no PMDB ninguém consegue juntar mais do que meia dúzia de pessoas em torno de algum ponto, o que revela falta de competência e de respeito público". Richa critica a inicitativa do presidente Sarney de discutir a duração de seu mandato e não acredita que o Plano Bresser possa funcionar. Preocupa-se com a tensão explosiva reinante no País — trabalhadores angustiados com a manutenção de emprego, empresários que não conseguem investir — e acha que, apesar da situação crítica, "o que está salvando mais a transição é o comportamento irrepressível das Forças Armadas". A conjuntura do País está se agravando a cada dia, acrescenta ele, e está orfã de participação política.

As observações e advertências não são de dirigentes da oposição, mas foram feitas por duas das mais expressivas vozes do próprio PMDB e que tiveram papel de destaque na formação da Aliança Democrática. Trata-se, pois, de verdadeira confissão feita por dois líderes que, ao fazê-lo, revelam uma sensibilidade, humildade e disposição que, se fosse mais ampla no seio dos partidos majoritários, talvez não tivés-

semos chegando a tão caótica situação.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, há pouco mais de um mês, alertou para o perigo da dissociação existente entre o Estado e a Nação.

O cardeal Vicente Scherer, uma das mais experientes e expressivas vozes do episcopado brasileiro, moderado e acatado por isso mesmo, em recente manifestação, disse que "o País vive clima de fraudes e roubos", e pediu "o fim da desonestidade que atinge até as altas esferas da sociedade, com um clima intolerável de fraudes, roubos, desfalques e atentados ao erário público e à propriedade privada". Mais trabalho e regeneração dos costumes é o que o Brasil precisa para superar os problemas da atualidade, concluiu o cardeal em recente programa de rádio "A Voz do Pastor".

A cúpula da CNBB, em audiência com o presidente da República, José Sarney, levou-lhe a informação de que "o povo perdeu as esperanças", e do próprio presidente ouviu a concordância do fato. E mais: que o povo tem razão em perder as esperanças na atual conjuntura nacional.

A imensa vitória da correlação de forças que no governo se mostra incapaz, a nível federal, numa aliança supermajoritária, revelando incompetência nunca antes imaginada, deixou a Nação ao léu, numa perplexidade e vazio de poder altamente comprometedor e de que são reflexos, seguramente, os incidentes e violências praticados no Rio de Janeiro, e o longo impasse da greve do magistério no Rio Grande do Sul. Tais anormalidades indicam o início de um sério processo de convulsão social que se agravará com a continuidade da recessão, da hiperinflação, do desemprego e do arrocho salarial, situação que, em seu conjunto, vai dificultar ainda mais o controle do déficit público e da renegociação da dívida externa.

O fracasso da política econômica poderia, no entanto, encontrar alguma compensação nas expectativas de melhores possibilidades de linha de conduta e resultado de propostas na Cons-

tituinte. Tal não acontece, porém, eis que lá, também, na Constituinte, se produz a mesma correlação de forças que o povo fez, nas eleições de 15 de novembro, vitoriosa para o governo de todos os estados, e na sustentação do próprio governo federal. Na referida correlação de forças não se encontra uma linha capaz de assegurar uma proposta viável e consentânea com as aspirações da sociedade brasileira. E, na falta, acabou predominando a disputa e a radicalização que, por sua vez, redundou no decepcionante relatório e proposta acolhida na Comissão de Sistematização.

Ulysses Guimarães, o poderoso pentapresidente, ou Mário Covas, o líder majoritário, por certo estão reavaliando a estratégia que desenvolveram até aqui, na responsabilidade inclusive de ver criticado por toda a Nação o relatório da Comissão de Sistematização, oriundo dos relatórios das oito comissões temáticas da Constituinte, todas elas tendo como relatores constituintes do PMDB. É que, em meio às desesperanças provocadas pelo caos da conjuntura política, econômica e social, paira sobre a Constituinte a última esperança. E se nesta não houver logo uma manifestação capaz de superar o impasse do radicalismo, acabará se esvaindo a última possibilidade para se consolidar a abertura política e ensinar um efetivo avanço democrático para o Brasil.

Os recentes episódios registrados na vida nacional, juntamente com as pesadas declarações das destacadas lideranças políticas, militares e eclesásticas que referi, constituem as últimas advertências, ainda em tempo para o governo refazer seu esquema de apoio político e recuperar a necessária força e credibilidade para restabelecer a ordem econômica e social, assegurando a transição democrática que haverá de se consolidar na conquista da nova Carta constitucional.

Esta é a última hora, se o PMDB e PFL, com a Aliança Democrática que forma a maioria no governo e na Constituinte, ainda quiserem pegar o trem da História. Depois, depois outros terão de fazê-lo.

PC do B não quer conversa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, esteve reunido ontem com o seu colega do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, na sequência da articulação que vem promovendo com os diversos partidos políticos para um pacto político que garanta a consolidação da transição democrática do País. A saída, Maciel disse ter levado ao presidente do PMDB a pauta mínima que resultou das conversas com os dirigentes de outras legendas, com exceção do PC do B, que não quis conversar sobre o assunto.

Os pontos básicos são o monopólio do petróleo, autonomia sindical, liberdade de organização e funcionamento dos partidos. O presidente do PFL informou ter sido marcado um novo encontro com Ulysses, para depois da convenção do PMDB, que abrirá a segunda parte da rodada de negociações. Ele explicou que a próxima fase será iniciada dessa forma, por considerar que há disposição nos demais partidos de colaborar para o entendimento. Assim, sua articulação deverá contar com o apoio da legenda majoritária no Congresso. Maciel acrescentou que o sistema de governo e o tempo de mandato do presidente José Sarney não entram na pauta do consenso, por serem questões que apresentam grandes divergências.

O presidente do PFL informou, ainda, que Ulysses Guimarães está "articulando, politicamente", para evitar que aconteça um confronto entre o PMDB e o presidente José Sarney. Marco Maciel só não comentou se tal confronto seria decorrente da fixação de mandato de quatro anos para Sarney.

Dificuldades, 'um espaço para golpistas'

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

O País atravessa "talvez o momento mais difícil da transição democrática, o que oferece espaço para aqueles que alimentam esperanças golpistas". A afirmação foi feita ontem, em Curitiba, pelo governador Álvaro Dias, para quem "a radicalização que procura atingir as autoridades dos dois vértices mais importantes, a Constituinte e o Executivo, pretende sobretudo dificultar o processo democrático".

Ele criticou a proposta de formação de uma frente de governadores para apoiar o mandato de cinco anos do presidente Sarney, afirmando que "o movimento deve ser espontâneo". A ação dos governadores independente da organização de frentes, "que inclusive estão desgastadas, já que normalmente são anunciadas, ocupam grande espaço na imprensa e acabam não atuando". Álvaro Dias ainda não foi convidado oficialmente para integrar o movimento articulado por Orestes Quêrcia, Waldir Pires e Miguel Arraes. Se isso ocorrer, ele pretende ainda examinar os objetivos para decidir se participa.

O governador do Paraná frisou que não está pressionando os convencionais de seu Estado para votar pelos cinco anos de mandato para Sarney na convenção do PMDB. Pessoalmente ele defende a tese, mas admite que "existem outras alternativas de atuação". Como governador, Álvaro Dias considera que tem a responsabilidade de trabalhar "no sentido de um entendimento político a nível nacional para consolidar o processo de transição".

Almino busca apoio aos cinco anos

O vice-governador Almino Afonso começa na segunda-feira uma nova etapa de visitas a governadores do PMDB. Tentará conseguir apoio para um documento defendendo cinco anos de mandato para o presidente Sarney que será apresentado na convenção nacional do partido. Almino discutiu ontem com o governador Orestes Quêrcia os termos do documento, justificado oficialmente na necessidade de se evitar qualquer tipo de retrocesso na transição política e de preservar o PMDB como partido.

Almino já conversou com Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia. Seus próximos compromissos são no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. O objetivo é conseguir o apoio de todos os governadores ao documento que, segundo ele, deverá abordar questões relativas ao partido e ao País. "O PMDB não tem o direito de fracionar-se diante das dificuldades enfrentadas pelo Brasil", comentou, acrescentando que acredita na capacidade de compreensão dos constituintes em "não nos expor a um retrocesso".

Este tem sido o principal argumento de Almino Afonso em seus contatos: as consequências políticas de eleições diretas em 88. Ele teme uma nova intervenção militar no País diante da possível candidatura Brizola. Ontem, o vice-governador criticou as declarações do senador Fernando Henrique Cardoso, de que o PMDB chegou ao seu limite. Para Almino, não se pode pensar em soluções que sejam a negação do próprio partido.

Brossard não crê em racha na convenção

RECIFE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, considerou ontem "totalmente infundada" a tese de o PMDB apoiar um mandato de quatro anos para o presidente Sarney durante a convenção nacional extraordinária dos dias 18 e 19. "O mandato do presidente tem investidura legal", disse, em Recife, depois de fazer a entrega de 40 carros para o governo do Estado, dentro da campanha "Vamos viver sem violência". Brossard afirmou com o governador Miguel Arraes, mas não manteve nenhuma conversa reservada com ele.

Sobre a possibilidade de ruptura do PMDB durante a convenção, o ministro lembrou que "desde a fundação do partido se fala em racha, mas isso nunca aconteceu". Afirmando que o PMDB não é totalitário, ele acredita ser possível conciliar as suas várias correntes. Por isso, prefere não considerar as ameaças de que peemedebistas deixarão o partido caso a convenção não aprove os quatro anos para Sarney. Mesmo assim, fez uma ressalva: "O partido é uma sociedade livre, comparável a uma casa sem paredes, onde a pessoa entra e sai sem obstáculos". Sobre o lançamento das candidaturas de Mário Covas e Marco Maciel à Presidência da República, comentou: "É a sina do sistema presidencialista; tudo gira em torno de nomes".

Como está, anteprojeto é prejudicial a todos

CARLOS CHAGAS

Se por hipótese aprovado o anteprojeto da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte tal como se encontra, sofreria o País inteiro. Os trabalhadores, porque não é com a demagogia a eles vendida que os salários reais aumentariam e irá melhorar o padrão de vida de cada um. Os empresários, porque os tentáculos do Estado, ao invés de encolher, ampliar-se. Os pobres e os miseráveis, porque não vão comer paneladas de diftérios etéres e inexistíveis ao invés de feijão nem morar nas paisagens protegidas pela nova Constituição. Os ricos, por saber que as parcelas a mais de sua riqueza que remeterão para os cofres públicos continuarão a ser utilizadas para sustentar a máquina estatal. Os intelectuais, os estudantes e os setores progressistas, por conta da rápida desmoralização prática dos preceitos que, idealisticamente, terão saído com esperanças. A classe média, sem horizontes, o produtor e o trabalhador rural, finalmente unidos na desgraça, os índios, as instituições e tanta coisa mais. Uma verdadeira hecatombe.

Mas ninguém sofrerá mais do que o presidente da República, nessa confusão. Seu sofrimento, no caso, será personalizado e fulanizado de cinco em cinco anos, a vingar a proposta para os mandatos. Chame-se José, João ou Felisberto, o chefe de Estado sofrerá-se como o último dos brasileiros.

Senão vejamos. Escrevem os constituintes que o presidente é o chefe de Estado e, como chamariz, dão-lhe o comando supremo das Forças Armadas, bem como a condição de garantidor da unidade, da independência e do livre exercício das instituições nacionais. Estabelecem que sua eleição se dará pelo voto secreto, em dois turnos se na primeira votação nenhum dos candidatos tiver alcançado a maioria absoluta. Assim, só para falar da próxima eleição presidencial, a se realizar, pelo anteprojeto, em 1989: quem chegar ao poder terá votados, no mínimo, 35 milhões de eleitores. Calcule-se que naquele ano o eleitorado ultrapasse os 70 milhões. Pois bem, todo esse potencial, que permitirá a um cidadão revolucionar a face do País, valerá quase nada diante da armadilha que suas excelências constituintes prepararam. O poder precisará ser dividido entre o presidente da República e um primeiro-ministro, este indicado

pela eventual maioria de 487 deputados. Provindo, assim, de arranjos e de acertos de uma Câmara que, por falta de partidos fortes e estruturados, será ainda por muito tempo um mercado persa. Ao primeiro-ministro, por melhor que seja, faltará legitimidade e representatividade para governar junto com um presidente de 35 ou 40 milhões de votos. Mas é assim que o texto dispõe.

Não há vice-presidente pelo anteprojeto, também dúbio ao estabelecer que, não tomando posse o presidente a partir do décimo dia previsto, o cargo será declarado vago pelo Tribunal Superior Eleitoral. Assumirá o presidente da Câmara dos Deputados, para convocar novas eleições em 45 dias. José Sarney não teria ido para o poder, estivesse em vigência essa norma a 15 de março de 1985. Mas o que é motivo de força maior? A doença de Tancredo Neves, por exemplo, seria? Nesse caso, o esboço de nova Constituição não esclarece nada. Só complica. Quantos dias um presidente eleito e não empossado, por motivo de força maior, isto é, doença, pode continuar doente sem perder o cargo? Trinta? Sessenta? Seiscentos? Outra vez, se não houver alteração no anteprojeto, ficaremos ao sabor de professores-doutores. Deles dependerá uma palavra decisiva sobre se o eleito tem ou não condições de recuperar-se para o exercício do poder.

"Ninguém sofrerá mais que o presidente da República nessa confusão"

A seguir, vem um artigo dedicado a Jânio Quadros: "A renúncia do presidente da República tornar-se-á efetiva com o conhecimento da respectiva mensagem pelo Congresso Nacional". Nada de esperar o povo se revoltar e conduzir o renunciante de novo ao governo, muito menos condições para que o Congresso se pronuncie a respeito. Renúncia, está renunciado.

Perde-se boa oportunidade para traçar milimetricamente os caminhos intrincados e amargos que a vida costuma revelar. Se um presidente enlouquecer, como se dará seu impedimento? Se tiver uma trombose, será preciso chamar a junta militar? As decisões são cômicas ou políticas? É estranho falar dessas coisas, mas sempre foi melhor prevenir do que remediar. E

os deputados e senadores atuais não previnem nada, pois até extinguiu a figura do vice-presidente. Deus resolva. Mas o que será dos agnósticos?

As atribuições do presidente da República são impiedosas com esse sistema misto de governo, meio parlamentarista, meio presidencialista, no fim uma ode a Roberto Close. O presidente pode nomear e exonerar o primeiro-ministro, e, por proposta deste, os demais ministros. Só que, sem o apoio da Câmara, não nomeia ninguém. Nem exonera.

O primeiro-ministro não é chamado de chefe do governo. Parece ter faltado coragem aos constituintes para isso. Mas lê-se que "o governo é constituído pelo primeiro-ministro e pelos integrantes do Conselho de Ministros". Não pelo presidente da República, estranhamente, apesar de ele dever "supervisionar" os planos de governo e a proposta de orçamento, nomear os ministros dos tribunais superiores, os presidentes e diretores do Banco do Brasil e do Banco Central, o procurador-geral da República, escolher e designar os comandantes militares. Mas os ministros militares... só se forem indicados pelo primeiro-ministro.

O presidente também iniciará o processo legislativo, tendo a prerrogativa de uma série de projetos de lei, bem como a exclusividade para sancionar ou vetar e fazer publicar todas as leis aprovadas pelo Congresso. Poderá até presidir o Conselho de Ministros, quando quiser, bem como decidir quais e quantos empréstimos externos o Brasil tomará. Mas a política econômica — financeira é do primeiro-ministro, ao qual caberá "exercer a direção superior da administração federal".

Mas tem pior. A mensagem perante o Congresso Nacional, na abertura das sessões legislativas, é do presidente da República, que "exporá a situação do País e pedirá as medidas necessárias ao Congresso". Só que os planos e programas de governo não são dele, mas do primeiro-ministro. O presidente pode apenas "supervisioná-los". Só se for para subir no alto da escada e olhar para baixo.

Não muda muita coisa na definição dos crimes de responsabilidade do presidente da República, que será julgado pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns e, pelo Senado, nos crimes de responsabilidade. Junto ao presidente funcionará um organismo novo, chamado de Conselho da República,

composto por ele, o presidente da Câmara, o presidente do Senado, o primeiro-ministro, os líderes da maioria e minoria nas duas casas legislativas, o ministro da Justiça e, em sistema de rodízio, um dos ministros militares. Bem como seis cidadãos brasileiros natos, maiores de 35 anos, indicados pelo presidente, pelo Senado e pela Câmara. A esse conselho caberá pronunciar-se sobre a dissolução da Câmara, a nomeação e exoneração do primeiro-ministro, a realização de referendos, a declaração de guerra e a celebração da paz, a intervenção federal nos estados, a decretação do estado de defesa e do estado de sítio e os assuntos relacionados com a segurança nacional. Trata-se de um Conselho de Segurança Nacional democrático, dizem os autores da proposta.

"Uma confusão dos diabos, da qual saem privilegiados os deputados"

Se a nomeação do primeiro-ministro "depende de consulta aos deputados federais que compõem a bancada ou as bancadas majoritárias", poderá não haver entendimento entre o presidente e a Câmara. A ela então será dado aprovar moção reprobatória ao programa de governo que o primeiro-ministro indicado pelo presidente da República tiver apresentado. Nesse caso, caberá à Câmara, por maioria absoluta, eleger o primeiro-ministro. Na prática, isso quer dizer: o presidente da República jamais indicará um primeiro-ministro que não conte, previamente, com a maioria dos deputados. Para isso deve acertar-se, compor-se, ceder e recuar. Estará prisioneiro dessa maioria. Apesar de seus 35 ou 40 milhões de votos.

Sua alternativa será a dissolução da Câmara dos Deputados e a convocação de eleições extraordinárias. Mas os constituintes se defendem: no primeiro ano após as eleições parlamentares, não poderá haver dissolução. Nem nos últimos seis meses do mandato presidencial ou no último semestre da legislatura. Dos quatro anos, dois já estão fora. Além disso, o pedido de dissolução precisa ser aprovado pelo Conselho da República, onde o presidente sempre estará em flagrante minoria: pelo menos quatro líderes no

Congresso, quatro cidadãos comuns que Câmara e Senado escolheram, mais os presidentes da Câmara e do Senado.

Uma arapuca perfeita, que em nada segue a ortodoxia do parlamentarismo e serve para que deputados e senadores concentrem boa parte do poder. Como este também é dado, em parte, ao presidente da República, ao primeiro-ministro e ao Conselho da República, eis a receita para a desagregação da autoridade e a desmoralização não apenas do sistema de governo mas do regime democrático. Vale repetir outra vez: apesar dos 35 ou 40 milhões de votos dados ao presidente, em boa coisa esse processo não dará, ao primeiro sinal de discordância entre qualquer um desses quatro poderes com os outros.

O presidente da República só poderá exonerar o primeiro-ministro também quando autorizado pelo Conselho da República e quando tal se torne necessário "para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas". A exoneração do primeiro-ministro implicará na exoneração dos integrantes do Conselho de Ministros.

Já a Câmara dos Deputados poderá, pela iniciativa de um terço e pelo voto da maioria de seus membros, aprovar moção de censura ao primeiro-ministro, que então abandonará o cargo sem dispor da prerrogativa de solicitar a dissolução da Câmara dos Deputados...

O Conselho de Ministros decidirá por maioria absoluta, ou seja, um ministro fica autorizado a meter a colher nos assuntos de outro, cabendo a todos aprovar os decretos, as propostas de lei e examinar as questões suscitadas pelo primeiro-ministro. Este precisará ter mandato parlamentar federal. Aqueles, não. Basta que sejam brasileiros natos, maiores de 21 anos, na posse de seus direitos políticos. Terão acesso às sessões da Câmara e do Senado, com direito à palavra.

Em suma, uma confusão dos diabos, da qual saem privilegiados os deputados e prejudicado, mais do que ninguém, o presidente da República. Afinal, eietto depois de renhida campanha, ele precisará confessar aos seus milhões de eleitores que não tem força nem condições institucionais para cumprir as promessas de palanque. (continua amanhã)

O PDT acha que há duas Constituintes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças do PDT na Câmara e no Senado, em discursos praticamente idênticos, defenderam ontem a "rápida consolidação da transição democrática", pois a demora põe em risco as instituições, e ainda identificaram duas correntes no Congresso, a que chamaram de "duas Constituintes": uma representada pelos que, em sua opinião, têm acordos com o presidente José Sarney e com o "fisiologismo", em geral; outra, pelos que possuem compromisso diametralmente oposto, ou seja, com a "libertação econômica" do País e com os "avanços" sociais.

O senador Maurício Correia (DF) e o deputado Brandão Monteiro (RJ) fizeram seus discursos na abertura do I Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, patrocinado pelo PDT e aberto ontem em Brasília, com a presença de representações diplomáticas de 16 países, parlamentares de 14 outros e também do PMDB — o deputado Fernando Lyra fez parte da Mesa —, do PSB, do PCB e do PC do B. O PT, ainda que citado em um dos discursos como eventual componente da "aliança suprapartidária" pretendida pelo PDT, não mandou representante.

O congresso pedetista vai debater durante quatro dias a transição democrática e os temas que estão sendo examinados pela Constituinte. O partido pretende firmar sua posição e acelerar a formação da frente suprapartidária. No comando da festa de abertura estava o presidente do PDT, ex-governador Leonel Brizola, embora a personalidade mais aplaudida tenha sido um convidado seu, o ex-líder comunista Luiz Carlos Prestes. Para a festa de ontem foram enviadas mensagens de líderes da Internacional Socialista, como o alemão Willy Brandt, o português Mário Soares e o italiano Bettino Craxi.

PACOTE AGRÍCOLA

Juros abusivos. A lei ajuda. Não pague juros ou encargos que não são devidos. Tels. (011) 231-4174 - 259-6817 Gustavo Korte, Carlos Faria e Francisco Morges